

Banco Standard de Investimentos S.A.
Demonstrações financeiras – Conglomerado
Prudencial em 30 de junho de 2014

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial	6
Balanço patrimonial	9
Demonstrações de resultados	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras – Conglomerado Prudencial	13

Relatório da administração

Senhores Acionistas:

Apresentamos as Demonstrações Financeiras do Banco Standard de Investimentos S.A. (BSI) relativas ao exercício findo em 30 de junho de 2014, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório de auditoria elaborado pela KPMG Auditores Independentes.

Banco Standard de Investimentos S.A.

O Banco Standard de Investimentos S.A. é parte integrante do Grupo Standard Bank. O Standard Bank Group (SBG) é um dos principais grupos líderes em serviços bancários e financeiros da África e desde Novembro de 2007, iniciou importante parceria estratégica com o Industrial and Commercial Bank of China Limited (ICBC), o maior banco do mundo por capitalização de mercado, que se tornou acionista do SBG com participação de 20%.

Desde Janeiro de 2011, o SBG executa a nova estratégia do Grupo, que redireciona seus esforços em negócios no continente africano focando empresas com laços econômicos entre Brasil, África e China, mantendo o foco nos setores onde o Banco tem histórico de especialização e liderança, com o objetivo de aperfeiçoar o retorno para os investidores e a melhor alocação de capital.

Para o desenvolvimento de tal estratégia, o Banco está atuando fortemente nas áreas de Recursos Naturais, Petróleo e Gás, Energia, Infra-estrutura e Metais e Mineração, através de suas áreas de negócios, com enfoque na utilização dos balanços disponíveis do Grupo na África, buscando solução para clientes com relacionamento ou presença na África. A presença do SBG no Brasil tem muito a contribuir no desenvolvimento desta estratégia.

As atividades do SBG no Brasil iniciaram em 1998 como escritório de representação do Standard Bank Plc, alterando sua participação no mercado financeiro como DTVM em 2001 por meio da Standard Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda “SB DTVM”, e passou a Banco de Investimentos em 2002 por meio de aprovações obtidas perante o Banco Central Sul Africano e o Banco Central do Brasil. Operou desde então com empresas de grande porte oferecendo operações estruturadas no mercado de capitais, assessoria em fusões e aquisições, produtos estruturados de tesouraria, financiamento de projetos e financiamento de operações comerciais.

Com a implementação da nova estratégia mundial do Grupo, o BSI revisou em Abril de 2012 suas linhas de negócios e sua base de clientes focando desenvolver os laços econômicos entre Brasil, África e China com enfoque nas áreas de recursos naturais, financiamento de projetos e assessoria em fusões e aquisições.

Em decorrência desta decisão, o BSI sofreu as consequências desta reorganização das atividades com diminuição do quadro de funcionários, descontinuando relacionamentos com clientes que não traziam sinergia à nova estratégia, bem como executando a desalavancagem do balanço por meio da cessão e renegociação de contratos relacionados a transações consideradas não estratégicas e consequentemente diminuindo a utilização do balanço local.

Em Novembro de 2013, dando continuidade ao plano de reestruturação global, o SBG aprovou reorganização societária, sendo que em decorrência de tal fato, as ações do BSI pertencentes ao SBIC Investments S.A, sociedade devidamente constituída de acordo com as leis de Luxemburgo foram transferidas para o Standard Bank Group Limited, sediada na África do Sul.

Desempenho dos Negócios

Em decorrência da mudança de estratégia proposta pelo Grupo para as atividades no Brasil, o BSI redirecionou seus esforços para atender empresas brasileiras que atuem na África ou tenham potenciais de crescimento de atividades com o continente africano ou a China, além de fomentar o interesse de empresas africanas ou chinesas que queiram investir no Brasil.

O impacto imediato aqui refletido se dá na diminuição de receitas e no aumento de custos pontuais para a implementação destas medidas além de incentivar a equipe remanescente a contribuir na nova fase de implementação.

O BSI opera com foco rigoroso no controle de custos, com enfoque em investimentos na manutenção das equipes e infraestrutura.

A combinação destes fatores resultou em um lucro líquido de R\$ 1.345 mil no semestre findo em 30 de junho de 2014, (em 2013 prejuízo líquido de R\$ 13.439 mil).

Em 14 de março de 2014, o Standard Bank Group assinou acordo com o Grupo Financiero Inbursa SAB, grupo bancário mexicano listado em bolsa (INBURSA), no qual o INBURSA pretende adquirir a subsidiária do Grupo Standard Bank no Brasil. A transação está sujeita as aprovações dos órgãos reguladores no Brasil, México e África do Sul.

O Grupo Standard Bank mantém sua estratégia de atender clientes brasileiros que tenham interesse em desenvolver negócios com o continente africano e China, aproveitando a sua relação com o Banco Industrial e Comercial da China (ICBC). Para isso, formalizou um pedido de uma licença de escritório de representação no Brasil junto aos órgãos reguladores.

Gestão de Riscos

O BSI julga que manter uma efetiva estrutura de gestão de riscos é parte fundamental na condução dos negócios. A estrutura estabelecida permite o gerenciamento contínuo e integrado dos riscos de crédito, mercado e liquidez, operacional, jurídico e de *compliance*.

O Banco busca o adequado equilíbrio entre risco e retorno e investe constantemente para aprimorar os processos, políticas e ferramentas de gestão de riscos, a fim de garantir a segurança das operações, atuando de forma preventiva e assegurando que os negócios aconteçam em um ambiente apropriado de controle.

A alta Administração é envolvida em todas as iniciativas relevantes inerentes a gestão de riscos, sendo que a estrutura de governança propicia adequada avaliação dos riscos incorridos pelo banco, bem como o efetivo gerenciamento dos mesmos.

Uma descrição mais detalhada da estrutura de riscos está disponível no site www.standardbank.com/brasil.



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP -
Brasil Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos
Administradores e aos Acionistas do
Banco Standard de Investimentos S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Standard de Investimentos S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Essas demonstrações contábeis de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, descritos na nota explicativa nº 2.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritas nas notas explicativas nº 2 e 3, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração do Banco, de acordo com os requisitos da Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Considerações Especiais - Auditorias de Demonstrações Contábeis Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Standard de Investimentos S.A. em 30 de junho de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa n.º 2 às referidas demonstrações.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa n.º 2 às referidas demonstrações contábeis, que divulgam:

- (a) As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração da instituição para cumprir os requisitos da Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.
- (b) Por ser a primeira apresentação das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, a administração do Banco optou pela faculdade prevista no § 2º do art. 10, da Circular n.º 3.701, de 13 de março de 2014, do Banco Central do Brasil, e não estão sendo apresentadas, de forma comparativa, as demonstrações referentes às datas bases anteriores a 30 de junho de 2014.

Mudança do acionista controlador

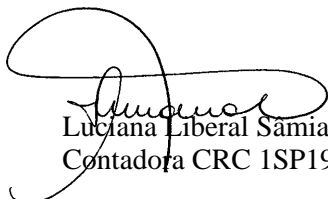
Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, o Standard Bank Group assinou acordo com o Grupo Financeiro Inbursa SAB, grupo bancário mexicano listado em bolsa (INBURSA), no qual o INBURSA pretende adquirir o Banco Standard de Investimentos S.A., empresa subsidiária do Grupo Standard Bank, sendo que a conclusão da operação está condicionada às aprovações dos órgãos reguladores envolvidos neste processo. As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas considerando este contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

O Banco Standard de Investimentos S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2014, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria com ênfase, em 27 de agosto de 2014.

São Paulo, 29 de agosto de 2014.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Luciana Liberal Samia
Contadora CRC 1SP198502/O-8

Banco Standard de Investimentos S.A.
Conglomerado Prudencial
Balço patrimonial em 30 de junho de 2014

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	2014	Passivo	Notas	2014
Circulante		<u>221.100</u>	Circulante		<u>22.691</u>
Disponibilidades	4	<u>1.067</u>	Outras obrigações		<u>22.691</u>
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	<u>208.682</u>	Fiscais e previdenciária:		457
Carteira própria		208.682	Diversas	11	22.234
Outros créditos		<u>11.268</u>	Exigível a longo prazo		<u>97.236</u>
Diversos	9	11.268	Depósitos	10a.	<u>91.463</u>
Outros valores e bens		<u>83</u>	Depósitos a prazo		91.463
Despesas antecipadas		83	Outras obrigações	11	<u>5.773</u>
Realizável a longo prazo		<u>7.303</u>	Diversas		5.773
Outros créditos	9	<u>7.303</u>			
Diversos		7.303			
Permanente	3h.	<u>4.457</u>	Patrimônio líquido	12	<u>112.933</u>
Investimentos		<u>1</u>	Capital social:		
Outros investimentos		1	De domiciliados no exterior		111.588
Imobilizado de uso		<u>4.254</u>	Reservas de lucros		67
Outras imobilizações de uso		12.631	Lucros ou prejuízos acumulados		1.278
Depreciação acumulada		(8.377)			
Intangível		<u>202</u>			
Ativos intangíveis		1.030			
Amortização acumulada		(828)			
Total do Ativo		<u><u>232.860</u></u>	Total do Passivo e do Patrimônio líquido		<u><u>232.860</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Banco Standard de Investimentos S.A.

Conglomerado Prudencial

Demonstrações de resultados

Semestre findo em 30 de junho de 2014

(Em milhares de Reais, exceto o lucro/(prejuízo) por ação)

	Notas	2014
Receitas da intermediação financeira		<u>10.046</u>
Rendas de operações de crédito	7	5
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5b.	10.018
Resultado de operações de câmbio	8	23
Despesas da intermediação financeira		<u>(4.769)</u>
Despesas de captação no mercado	10b.	(4.764)
Despesas de empréstimos e repasses	10b.	(6)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	1
Resultado bruto da intermediação financeira		<u>5.277</u>
Outras receitas/(despesas) operacionais		<u>(3.947)</u>
Receitas de prestação de serviços	18a.	20.897
Despesas de pessoal	18b.	(16.559)
Outras despesas administrativas	17	(6.672)
Despesas tributárias		(1.984)
Outras receitas operacionais	18d.	906
Outras despesas operacionais	18c.	(535)
Resultado operacional		<u>1.330</u>
Resultado não operacional	18e.	<u>15</u>
Resultado antes da tributação sobre o resultado		<u>1.345</u>
Imposto de renda e contribuição social		<u>-</u>
Lucro / (Prejuízo) líquido do semestre		<u><u>1.345</u></u>
Quantidade de ações		<u><u>111.587.801</u></u>
Lucro / (Prejuízo) líquido por ação do capital social - R\$		<u><u>0,01</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Standard de Investimentos S.A.

Conglomerado Prudencial

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestre findo em 30 de junho de 2014

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros / (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>135.889</u>	<u>549</u>	<u>4.650</u>	<u>(29.500)</u>	<u>111.588</u>
Redução de capital:					
Redução de capital	(24.301)	(549)	(4.650)	29.500	-
Lucro do semestre	-	-		1.345	1.345
Destinações:					
Reserva legal	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>67</u>	<u>(67)</u>	<u>-</u>
Saldos em 30 de junho de 2014	<u>111.588</u>	<u>-</u>	<u>67</u>	<u>1.278</u>	<u>112.933</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Standard de Investimentos S.A.

Conglomerado Prudencial

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Semestre findo em 30 de junho de 2014

(Em milhares de Reais)

	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais	2014
Lucro ou prejuízo líquido do exercício	<u>1.345</u>
Ajustes ao lucro líquido	<u>108</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1)
Depreciação e amortização	1.039
Despesa com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	(915)
Perda na alienação de imobilizado	(15)
Resultado ajustado	<u>1.453</u>
Variação de ativos e obrigações	<u>(3.010)</u>
(Aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(12.712)
Redução em operações de crédito	221
Redução em outros créditos	20.066
Redução em outros valores e bens	148
Redução em depósitos	4.291
Redução em outras obrigações	(14.803)
Redução em obrigações por empréstimos e repasses	(221)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades operacionais	<u>(1.557)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
Aquisição de imobilizado de uso	(5)
Alienação de imobilizado	64
Caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades de investimentos	<u>59</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	-
Aumento/(redução) em letras financeiras	-
(Redução) em captações no mercado aberto	-
Caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades de financiamentos	<u>-</u>
Redução líquida de caixa e equivalente de caixa	<u>(1.498)</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do semestre	2.565
Caixa e equivalente de caixa no fim do semestre	<u>1.067</u>
Redução líquida de caixa e equivalente de caixa	<u>(1.498)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Conglomerado Prudencial

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional:

O Banco Standard de Investimentos S.A. (“Banco”) é parte integrante do Standard Bank Group (SBG) de origem Sul Africana e está organizado sob a forma de banco de investimento, tendo como objeto social a prática de todas as atividades e operações ativas, passivas e acessórias permitidas em Lei e aplicáveis aos bancos de investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor.

No Brasil, o SBG iniciou suas atividades em 1998 como um escritório de representação do Standard Bank Plc. Em 2001, constituiu a Standard Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda “SB DTVM”. Durante o ano de 2002, a SB DTVM se transformou em banco de investimento através de aprovações obtidas perante o Banco Central Sul Africano e o Banco Central do Brasil. Desde então atua com empresas de grande porte oferecendo operações estruturadas no mercado de capitais, assessoria em fusões e aquisições, produtos estruturados de tesouraria, financiamento de projetos, *commodities* metálicas e financiamento de operações comerciais. Em Abril de 2012, em decorrência da desaceleração da economia mundial e a crise na Europa, o Standard Bank Group revisou sua estratégia global, redirecionando seus esforços em negócios que desenvolvam laços econômicos entre Brasil, África e China, mantendo foco nas áreas onde o Banco tem histórico de especialização e liderança como recursos minerais e financiamento de projetos.

Em 14 de março de 2014, o Standard Bank Group assinou acordo com o Grupo Financiero Inbursa SAB, grupo bancário mexicano listado em bolsa (INBURSA), no qual o INBURSA irá adquirir a licença bancária da subsidiária do Grupo Standard Bank no Brasil. A transação está sujeita as aprovações dos órgãos reguladores no Brasil, México e África do Sul.

O Grupo Standard Bank mantém sua estratégia de atender clientes brasileiros que tenham interesse em desenvolver negócios com o continente africano e China, aproveitando a sua relação com o Banco Industrial e Comercial da China (ICBC). Para isso, está trabalhando no pedido de uma licença de escritório de representação no Brasil junto aos órgãos reguladores.

Em ata de assembléia geral ordinária e extraordinária realizada em 14 de abril de 2014, foi aprovada a extinção do conselho de administração, em decorrência deste fato, a autorização para publicação das demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria do Banco em 29 de agosto de 2014.

2 Apresentação das demonstrações financeiras:

Essas novas Demonstrações Contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial têm finalidade específica de atender as determinações do CMN e do BACEN e não se confundem com as demonstrações contábeis consolidadas para fins gerais, as quais são objeto de outros normativos do CMN e BACEN. A consolidação e/ou combinação das entidades discriminadas na referida Resolução 4.280 é fundamentada em conceitos específicos de consolidação e/ou combinação determinados pelo CMN e BACEN, que não necessariamente são os mesmos estabelecidos pela legislação societária e pelo próprio CMN ou BACEN para outros tipos de consolidação.

Por ser a primeira apresentação das Demonstrações Contábeis consolidadas do conglomerado prudencial, a Administração do Banco Votorantim optou pela faculdade prevista no § 2º do Art. 10, a Circular nº 3.701, de 13 de março de 2014, do BACEN, e não estão sendo apresentadas de forma comparativa, as demonstrações referentes às datas bases anteriores a 30 de junho de 2014.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentados em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. A Administração revisa as estimativas e as premissas periodicamente com o intuito de verificar sua aderência.

Em 31 de outubro de 2013, o CMN emitiu a Resolução nº. 4.280 que estabeleceu a elaboração e divulgação de demonstrações contábeis de forma consolidada, abrangendo também os fundos de investimento nos quais as entidades do conglomerado, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios.

Em 31 de março de 2014, o BACEN editou a Circular nº. 3701 estabelecendo procedimentos para a elaboração, a divulgação e remessa ao Banco Central do Brasil das demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial.

Na elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas – Conglomerado Prudencial foram eliminados os valores oriundos de transações entre as empresas, compreendendo as participações acionárias de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas e despesas, bem como os lucros não realizados, líquidos dos efeitos tributários. O processo inclui a consolidação do Banco com o fundo exclusivo Savoy Referenciado DI Fundo de Investimento, de acordo com a Resolução CMN 4.280/2013 para fins do Conglomerado Prudencial.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários. O BACEN recepcionou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pelo Banco, quando aplicável: CPC 00 – Pronunciamento Conceitual Básico, CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 – Eventos Subsequentes e CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Adicionalmente, o Banco Central editou a Resolução CMN nº 3.533, de 31 de janeiro de 2008, cuja vigência iniciou-se em janeiro de 2012, a qual estabeleceu procedimentos para a classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. A Resolução é convergente com os critérios de baixa de ativos financeiros especificados no CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

3 Resumo das principais práticas contábeis:

a. Apuração do resultado:

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, sendo as receitas e despesas correspondentes a períodos futuros registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas e taxas flutuantes são atualizadas diariamente até a data do balanço.

b. Estimativas contábeis:

As estimativas contábeis foram fundamentadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinar o valor adequado a ser apresentado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem os títulos mobiliários avaliados pelo valor de mercado, as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação e impostos diferidos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração do Banco revisa as estimativas mensalmente.

c. Caixa e equivalentes de caixa:

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d. Aplicações interfinanceiras de liquidez:

São registradas pelo valor de aplicação acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

e. Títulos e valores mobiliários:

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, pela Administração, independente dos prazos de vencimentos dos papéis, em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- (i) Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do semestre. Os títulos classificados nesta categoria são apresentados no ativo circulante do balanço patrimonial, independentemente do prazo de vencimento;
- (ii) Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício; e
- (iii) Títulos disponíveis para venda** - Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento, e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA, que determina o valor líquido provável de realização através de parâmetros que compreendem, entre outros, o preço médio de negociação para títulos e valores mobiliários semelhantes em relação aos prazos de pagamento e vencimento.

f. Operações de crédito:

São registradas considerando os rendimentos decorridos, reconhecidos em base *pro rata* dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuada.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

Conforme Carta-Circular nº 3.105 do Banco Central do Brasil, os saldos devedores apresentados por contas de resultado de natureza credora, decorrentes da contabilização da variação cambial incidente sobre operações de crédito, são reclassificados para a rubrica “Outras despesas operacionais”.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa foi constituída considerando-se a classificação pelo nível de risco e de realização dos créditos, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas, atendidas as normas estabelecidas pela Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do CMN.

g. Instrumentos financeiros derivativos:

Os ativos e passivos objetos de proteção e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são demonstrados pelo valor de custo, ajustados ao mercado, com as correspondentes valorizações e desvalorizações reconhecidas no resultado do período.

As posições desses instrumentos financeiros têm seus valores referenciais registrados em conta de compensação e os ajustes, prêmios e diferenciais a receber/a pagar em contas patrimoniais.

Outros ativos e passivos:

São demonstrados pelos valores de realização ou exigibilidades e contemplam as variações monetárias, bem como os rendimentos ou encargos auferidos ou incorridos até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

h. Permanente:

Imobilizado de uso - demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação dos bens imobilizados é calculada pelo método linear, às taxas anuais:

- móveis e equipamentos de uso, sistema de comunicação e de segurança - 10%;
- equipamentos de processamento de dados - 20%;
- instalações em propriedades de terceiros - depreciação conforme o prazo dos aluguéis contratados.

Ativo intangível - corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade. Registrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada ou pelo prazo do respectivo contrato de uso a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

i. Impairment de ativos não-financeiros

O Conselho Monetário Nacional - CMN emitiu em 29 de maio de 2008 a Resolução nº 3.566 com efeito a partir de 1º de julho de 2008, aprovando a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (*Impairment*), estabelecendo os seguintes critérios:

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* ocorre quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado.

j. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:

A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro que exceder a R\$ 240 anual.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados, quando aplicável, na rubrica “Outros Créditos - Diversos”. Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, e refletidos no resultado do exercício, ou quando aplicável, no patrimônio líquido. A Alta Administração decidiu pela reversão total dos créditos tributários constituídos até o exercício de 2012, após análise do estudo técnico, conforme requerido pela Resolução CMN nº 3.059/02.

k. Moeda estrangeira:

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período.

l. Provisões, ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias:

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões e dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos a seguir:

- **Provisões** - são obrigações presentes reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, for considerado a saída de recursos para a liquidação das obrigações.
- **Ativos Contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- **Passivos Contingentes** - são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão nem divulgação.
- **Obrigações legais** - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições.

4 Caixa e equivalentes de caixa:

	30 de Junho de 2014
Disponibilidades em moeda nacional	1.067
Total de caixa e equivalentes de caixa	1.067

5 Títulos e valores mobiliários:

Os títulos e valores mobiliários foram registrados pelo custo de aquisição e classificados de acordo com a intenção da Administração na categoria “Títulos disponíveis para venda”, sendo estes apresentados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, e ajustados pelos seus valores de mercado na data do balanço, sendo o ajuste positivo ou negativo, líquido dos efeitos tributários, registrado em conta específica do patrimônio líquido denominada “Ajuste ao valor de mercado (TVM)”. Em 30 de junho de 2014 a carteira era composta por:

Composição da carteira:

	Vencimento	2014	
	Sem vencimento	Valor de mercado	Valor de custo atualizado
Disponíveis para venda			
Letras Financeiras do Tesouro – Livres	208.682	208.682	208.682
Total disponíveis para venda	208.682	208.682	208.682
Total em 2014	208.682	208.682	208.682

a. Custódia dos títulos e valores mobiliários:

Os títulos públicos são custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC.

b. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários:

	2014
Rendas de títulos de renda fixa	10.018
Total	10.018

6 Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	2014
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	
Saldo no início do período	(1)
Reversão de provisão	1
Saldo em 30 de junho	-

No semestre findo em 30 de junho de 2014, não houve constituição de provisão e recuperação de créditos baixados para prejuízo. Em 30 de junho de 2014, não havia provisão para outros créditos sem característica de concessão de crédito, cujos títulos e créditos a receber estavam registrados em “Outros créditos – Diversos”, Nota Explicativa 09.

7 Resultado de operações de crédito:

	2014
Rendas de financiamentos a exportação	5
Total	5

8 Carteira de câmbio:

Em função da nova estratégia adotada pelo SBG conforme descrito no relatório da administração, o banco não está efetuando novas operações e não possui posições em aberto na carteira de câmbio.

Os resultados de operações de câmbio foram:	2014
Rendas de câmbio	34
Despesas de câmbio	(11)
Total	23

9 Outros créditos – Diversos:

	2014
Adiantamento e antecipações salariais	245
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	3
	3.86
Devedores por depósitos em garantia (*)	2
Impostos e contribuições a compensar	3.441
Valores a receber de sociedades ligadas (vide nota 15b)	11.020
	18.571
Total	
Total curto prazo	11.268
Total longo prazo	7.303

(*) Refere-se a depósitos decorrentes de exigência legal para interposição de recursos em juízo relativos a impostos e contribuições sociais.

10 Captações:

a. Depósitos:

	2014
Depósitos a prazo	91.463
De 91 até 360 dias	-
A vencer após 360 dias	91.463
Total de depósitos	91.463

Os depósitos a prazo são compostos por valores indexados ao CDI-CETIP, com percentual de 108,50%.

b. Obrigações por repasses:

Em 30 de junho de 2014 o Banco não possui Obrigações para Empréstimos e Repasses no País e no Exterior

Resultado com captações:

	2014
Despesas de depósitos a prazo	(4.697)
Outros	(67)
Total de despesas de captação no mercado	(4.764)
Resultado de empréstimos e repasses (*)	(6)
Total de despesas com captações	(4.770)

(*) O resultado obtido na captação com empréstimos e repasses é composto por juros e variação cambial do período.

11 Outras obrigações diversas:

	2014
Provisão para despesas de pessoal	20.615
Provisão para outras despesas administrativas	1.596
Provisão para passivos contingentes (vide nota 14)	5.773
Outros pagamentos	23
Total	<u>28.007</u>
Total curto prazo	<u>22.234</u>
Total longo prazo	<u>5.773</u>

12 Patrimônio líquido:

a. Capital social:

O capital social em 30 de junho de 2014 está dividido em 111.587.801 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, no montante de R\$ 111.588.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 14 de abril de 2014, foi aprovado a redução do capital, mediante a incorporação dos prejuízos acumulados no valor de R\$ 24.301 passando o capital de R\$ 135.889 para R\$ 111.588. O referido ato societário foi homologado pelo Banco Central do Brasil, em 29 de maio de 2014.

b. Dividendos:

Conforme estatuto social do Banco, aos acionistas é assegurado o direito de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado na forma da Lei. Por deliberação do Conselho de Administração, e observadas as disposições legais, a distribuição de dividendos aos acionistas pode ocorrer na forma de juros sobre o capital próprio.

c. Reservas de lucros:

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer destino até o limite definido pela legislação societária.

13 Crédito tributário, imposto de renda e contribuição social:

a. Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social:

	2014
Apuração de imposto de renda/contribuição social correntes	
Resultado antes da tributação sobre o resultado e participações	1.345
Resultado antes da tributação sobre o lucro	1.345
Adições/(exclusões)	(9.635)
Ajuste a valor de mercado de derivativos	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1)
Provisão para contingências trabalhistas	(915)
Adições/(exclusões) temporárias	(14.263)
Adições/(exclusões) permanentes	5.544
Base tributável antes da compensação de Prejuízo Fiscal	(8.290)
Base tributável para Imposto de Renda e Contribuição Social	(8.290)
Realização do passivo fiscal diferido	-
Realização do ativo fiscal diferido	-
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social – Corrente e Diferido	-

b. Créditos tributários não ativados

O Banco possui prejuízos fiscais de R\$ 140.845 e diferenças temporárias referentes a provisões não dedutíveis (Despesas de Pessoal e Contingência) de R\$ 27.643, sobre os quais não foram constituídos créditos tributários de imposto de renda (25%) e contribuição social (15%) no montante de R\$ 67.395, esses valores serão registrados quando atenderem aos aspectos regulamentares e / ou apresentarem efetivas perspectivas de realização, de acordo com estudos e análises elaboradas pela Administração e pelas normas do Bacen.

14 Contingências:

Contingência classificada com risco de perda provável: o Banco adotou os procedimentos previstos na Resolução nº 3.823 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 16 de dezembro de 2009. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análises das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão no montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com ações trabalhistas em curso, cujo risco representa R\$ 5.773.

Contingências classificadas com risco de perda possível: não reconhecidas contabilmente, pois a Administração, com base na avaliação de especialistas e nas condições processuais destas ações, entende que estes processos, abaixo relacionados, não produzirão efeitos patrimoniais:

- (a) Trata-se de processo de natureza fiscal relativo a prestação de serviços para o exterior - PIS e COFINS oriundo de autos de infração lavrados em 25 de maio de 2010, por meio dos quais a Fiscalização constituiu os créditos tributários de PIS e da COFINS, relativos aos períodos de junho, julho e dezembro de 2005, janeiro, março, novembro e dezembro de 2006 e junho, setembro e dezembro de 2007, acrescidos de multa de ofício e juros de mora. A fiscalização entendeu que tais receitas deveriam ser incluídas nas bases de cálculo das mencionadas contribuições, vez que, não restou comprovado que tais valores decorreriam de efetiva prestação de serviços, razão pela qual não seria aplicável a isenção prevista nos artigos 5º, inciso II da Lei nº 10.637/02 e 6º, inciso II da Lei nº 10.833/03. Em razão dos argumentos jurídicos desenvolvidos na defesa apresentada, das provas documentais anexadas e da atual jurisprudência do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, os assessores jurídicos e a Administração, entendem que a probabilidade de perda é possível, com boas chances de êxito. Em 30 de junho de 2014, o valor do auto monta a R\$ 9.070.
- (b) Trata-se da Ação Ordinária nº 0008792-39.2009.4.03.6100, na qual se pleiteia o reconhecimento de créditos de IRPJ e CSLL e a necessária homologação de compensações correlatas. Os débitos *sub judice* contam com depósito judicial, que lhes serve de causa suspensiva, conforme despacho da RFB às fls. 117 do PA16327-001499/2010-19. O valor do depósito judicial totaliza R\$ 3.862.

Não há causas cíveis contra o Banco de conhecimento da Administração.

15 Partes relacionadas:

a. Remuneração da Administração:

Remuneração dos empregados e administradores - De acordo com o Estatuto Social do Banco, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 14 de abril de 2014, foi fixado o valor anual de remuneração global dos administradores do Banco até o valor máximo de R\$ 10.000, para o exercício de 2014.

No semestre findo em 30 de junho de 2014, os gastos com remuneração, compreendidos por salários, bônus, férias, indenizações, entre outros, relativos ao pessoal-chave da Administração foram de R\$ 6.397.

b. Transações com partes relacionadas:

As partes relacionadas do Banco incluem transações com a entidade controladora, SBIC Investments S.A., a parte controladora final, a Standard Bank Group, e as entidades controladas por ela.

As transações com partes relacionadas estão resumidas a seguir para 30 de junho de 2014:

	Grau de relação	2014	
		Ativo (passivo)	Receitas (despesas) exercício
Receita de prestação de serviços			
Standard Bank PLC	Ligada	11.020	11.332

16 Indicadores de risco - Índice de Basileia e Limite de Imobilização:

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um patrimônio de referência - PR compatível com os riscos de suas atividades, superior a 11% do Patrimônio Exigido. O índice de Basileia II em 30 de junho de 2014 corresponde a 66,31 %.

2014

Patrimônio de referência ajustado (Nível I e II) - PR	112.933
Patrimônio de referência exigido - PRE	18.734
Margem para o limite de compatibilização do PR com o PRE	94.199
Índice de imobilização - Resolução nº 2.283/96	3,95%

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência (PR). Os recursos aplicados no ativo permanente estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência (PR) na forma da regulamentação em vigor. Em 30 de junho de 2014, o Banco encontra-se enquadrado neste limite.

17 Outras despesas administrativas

2014

Aluguéis	(653)
Depreciação e amortização	(1.040)
Processamento de dados	(1.640)
Serviços técnicos especializados	(1.455)
Comunicações	(270)
Manutenção e conservação de bens	(383)
Viagens	(158)
Serviços do sistema financeiro	(73)
Água, energia e gás	(96)
Promoções e relações públicas	(33)
Segurança	(3)
Transportes	(54)
Publicações	(49)
Propaganda e publicidade	(22)
Outras	(743)
Total	(6.672)

18 Outras informações:

- a. Receitas de prestação de serviços refere-se a prestação de serviços de consultoria e assessoria financeira a clientes no montante de R\$ 9.565, a Standard Bank PLC no montante de R\$ 11.332.

b. Despesas de pessoal referem-se a:

	2014
Proventos	(11.388)
Encargos sociais	(3.003)
Benefícios	(1.180)
Honorários	(893)
Despesa de remuneração de estagiários	(37)
Treinamento	(58)
Total	<u>(16.559)</u>

- c.** Outras despesas operacionais referem-se ao perdão de dívida de operações de crédito no montante de R\$ (27) , provisão para contingências trabalhistas de R\$ (508).
- d.** Outras receitas operacionais referem-se, principalmente, à atualização monetária de depósito judicial no montante de R\$ 146, e reversão de provisão para contingências trabalhistas de R\$ 760.
- e.** Resultado não operacional refere-se principalmente a despesa obtida com venda de ativo imobilizado no montante de R\$ 15.
- f.** Risco operacional - Em conformidade com o requerido pela Resolução nº 3.380/06 do Conselho Monetário Nacional – CMN, o Banco Standard de Investimentos S.A. mantém uma estrutura específica para o gerenciamento dos riscos relacionados às atividades operacionais. A gestão dos riscos operacionais é realizada através da disponibilização de ferramentas, divulgação de políticas e metodologias corporativas, com o intuito de evitar possíveis falhas ou inadequação dos processos executados por pessoas ou sistemas internos. A gestão é feita em âmbito corporativo e é escopo de contínua avaliação dos auditores internos e externos. Os pontos identificados de não conformidade são comunicados à alta Administração que se reúne com o objetivo de avaliar e monitorar tais eventos, de modo a garantir uma eficiente gestão dos riscos operacionais e mitigação de possíveis perdas na Instituição.
- g.** Risco de mercado - Em conformidade com a Resolução nº 3.464/07 do Conselho Monetário Nacional – CMN, o Banco Standard de Investimentos S.A. mantém estrutura específica para o gerenciamento dos riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxa de juros, preços das ações e dos preços de mercadorias (*commodities*) de suas transações. Este gerenciamento de risco de mercado é efetuado de forma centralizada, por área administrativa que atua de forma independente a área de negócios. O Banco Standard de Investimentos S.A. realiza acompanhamento diário dos níveis de exposição e assegura compatibilização de suas posições frente aos limites regulatórios e operacionais.

- h.** Risco de liquidez - Objetivando o gerenciamento da exposição ao risco de liquidez, o Banco adota instrumentos para controle de fluxo de caixa e previsão de necessidades ou excesso de recursos com devida antecedência, de tal forma que seja possível a antecipação de medidas preventivas. A alta Administração monitora a reserva mínima de liquidez, que é utilizada para tomada de decisões em conformidade com o Plano de Liquidez da Instituição. Na condução da política de gerenciamento do risco de liquidez são considerados os passivos contratados junto à matriz (vide nota 15b), bem como os ativos existentes e classificados como disponível para venda (vide nota 5a).
- i.** Risco de crédito - A Administração adota como premissa básica para concessão de crédito a capacidade da empresa em apresentar fluxo de caixa adequado, de modo a dar continuidade normal às suas atividades. As competências nas decisões de crédito são atribuídas segundo a política de alçadas que observa o montante, prazo e garantias da operação. Todas as propostas submetidas têm seu risco avaliado conforme procedimentos internos determinados para os diferentes segmentos. As operações de créditos têm sua avaliação focada na capacidade de geração de caixa das empresas e nos fatores de risco associados à operação. O Banco não pauta sua decisão somente pelo nível das garantias oferecidas, que deve ser observado como acessório ao risco incorrido, e as administra com rigor, através de profissionais com larga experiência na atividade.
- j.** Gestão de Capital – A gestão de capital é realizada em conjunto com a Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração com base nas atividades coordenadas pela Área de Finanças, em conformidade com a Resolução nº 3.988/11 do Banco Central do Brasil, e tem como objetivo manter o capital ajustado aos riscos incorridos pelo BSI de forma compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão de sua exposição a riscos.
- k.** Mais informações sobre as estruturas de gerenciamento do capital, risco operacional, risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado estão disponíveis no endereço eletrônico do banco.
- l.** A Administração efetuou avaliação das disposições contidas na Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014, efeito da conversão em Lei da Medida Provisória 627/13, e, tendo em vista a natureza das atividades do banco e seus benefícios, concluiu que não optará pela antecipação da sua vigência no ano calendário de 2014, acatando as alterações propostas pela lei a partir de 1º de janeiro de 2015.